

Demonstrações Financeiras

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Jaçanã Transmissão de Energia S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jaçanã Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Empreendimento em fase de construção

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia encontra-se em fase de construção. A conclusão total das obras de construção do empreendimento da Companhia, e o conseqüente início integral das operações, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como da obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas, ou de terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Ênfase – Reservas de lucros excedentes

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das reservas de lucros excede o capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), nesta situação a Assembleia dos Acionistas deve deliberar sobre a destinação do montante excedente. Conforme divulgado na Nota 17, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, os acionistas decidiram realizar o aumento de capital da companhia, realizando a integralização do capital social no montante de R\$ 3.668 mil, com o objetivo de eliminar o excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao referido artigo da Lei das Sociedades Anônimas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

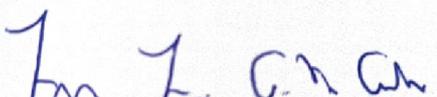
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de maio de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	37
Ativo de concessão	7	741	-
Prêmio de seguro	15	41	41
Total do ativo circulante		<u>783</u>	<u>78</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	7	1.363	462
Prêmio de seguro		20	61
Adiantamento a fornecedores	6	3.168	1.852
Total do ativo não circulante		<u>4.551</u>	<u>2.375</u>
Total do ativo		<u>5.334</u>	<u>2.453</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	1.072	-
Tributos e contribuições sociais		3	1
Imposto de renda e contribuição social		2	-
PIS e COFINS diferidos	9	27	-
Dividendos a pagar		1	-
Partes relacionadas	10	325	325
Total do passivo circulante		<u>1.430</u>	<u>326</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	65	10
PIS e COFINS diferidos	9	50	17
Total do passivo não circulante		<u>115</u>	<u>27</u>
Patrimônio líquido			
Capital social (*)	11.a	-	-
Prejuízos acumulados		121	(50)
		<u>121</u>	<u>(50)</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	3.668	2.150
Total do patrimônio líquido		<u>3.789</u>	<u>2.100</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>5.334</u>	<u>2.453</u>

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 100,00 (reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		1.454	399
Remuneração do ativo de concessão líquido		128	45
Receita operacional líquida	12	1.582	444
Custo de implementação de infraestrutura	13	(1.094)	(407)
Lucro bruto		488	37
Despesas gerais e administrativas	14	(257)	(77)
Lucro antes do resultado financeiro		231	(40)
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		(4)	-
		(4)	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		227	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	(55)	(10)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		172	(50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	172	(50)
Total de resultados abrangentes	<u>172</u>	<u>(50)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito (*)	Reserva de legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Total
Conforme AGE de Constituição de 21 de fevereiro de 2022 (*)	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	2.150	2.150
Prejuízo do exercício	-	-	-	(50)	(50)	-	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	(50)	(50)	2.150	2.100
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	1.518	1.518
Lucro líquido do exercício	-	-	-	172	172	-	172
Constituição de reserva legal	-	6	-	(6)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Reserva de lucros a realizar	-	-	115	(115)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	6	115	-	121	3.668	3.789

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 100,00 (reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e contribuição social	227	(40)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	60	17
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	(1.642)	(462)
Prêmio de seguro	41	(102)
Adiantamentos a fornecedores	(1.316)	(1.852)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.072	-
Tributos e contribuições sociais	4	1
Salários e encargos sociais	-	-
Partes relacionadas	-	325
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.554)</u>	<u>(2.113)</u>
Atividades de financiamento		
Aumento de capital (*)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.518	2.150
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>1.518</u>	<u>2.150</u>
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(36)</u>	<u>37</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>37</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>1</u>	<u>37</u>

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 100,00 (reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Jaçanã Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Jaçanã”), foi constituída em 01 de fevereiro de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105 - 12º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Power Grid 5 Limited (“Grid 5”) ambas sediadas na Índia.

A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em março de 2025. Contudo, a expectativa da Companhia é concluir a construção da infraestrutura de transmissão em dezembro de 2024, iniciando a sua operação antes do prazo estipulado. Para isso, a administração planeja a aceleração das obras de construção ao longo do 2º semestre de 2024. Após a entrada em operação comercial, a Companhia terá direito a receita prevista no contrato de concessão de aproximadamente R\$ 8.200, conforme detalhado mais abaixo na Nota 1.3.

O orçamento remanescente previsto para conclusão do referido projeto é de R\$ 80.500, o qual será incorrido até o final de exercício de 2024. Deste montante, a Companhia estima o aporte de capital de R\$ 20.000 pela sua controladora e a parcela remanescente será obtida por meio de contratos de financiamento de longo prazo, o qual estão em fase de negociação.

Jaçaná Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Da Concessão

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 02 do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 02/2021 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 02/2022 foi assinado em 31 de março de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA.

O projeto da Companhia consiste nas instalações de transmissão de energia localizadas no estado da Bahia, tais como: integração entre os pátios de 500kV e 230kV na SE Olindina, com a implantação de Transformação 500/230 -13,8kV, além das unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$7.093 (R\$8.237 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-2024) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 3 de maio de 2024.

2.2 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$647 (negativo em R\$ 299 em 31 de dezembro de 2022). Contudo, a administração não entende esta situação como um risco, uma vez que para reverter esse ponto, as acionistas de sua controladora Sterlite Brasil Participações S.A. efetuarão aportes de capital, quando necessário, os quais serão utilizados nos pagamentos das obrigações com o projeto, diminuindo assim seu passivo circulante.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 10,53%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

Jaçaná Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros—continuação

b) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração--Continuação*

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

a) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Jaçaná Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Ativo de concessão – contratual—Continuação

b) Ativo de concessão - contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.5. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8. Dividendos

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício.

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

3.9. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 10,53% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.10. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia apurou os impostos no regime tributário Lucro presumido. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%.

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

4. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras.

- CPC 50 – Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

4. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB – Continuação

4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2);
- Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente;
- Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos	1	37
	<u>1</u>	<u>37</u>

6. Adiantamentos a fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento a fornecedores (i)	3.168	1.852
	<u>3.168</u>	<u>1.852</u>

- (i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Ativo de concessão

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	462	-
Receita de implementação e margem da infraestrutura	1.510	415
Remuneração do ativo de concessão	132	47
	2.104	462
Circulante	741	-
Não circulante	1.363	462

8. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	1.072	-
	1.072	-

9. Tributos diferidos

a) Tributos diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	42	6
Contribuição social diferida	23	4
IR e CS diferidos	65	10
PIS diferido	14	3
COFINS diferida	63	14
PIS e COFINS diferidos	77	17
Tributos passivos	142	27
Circulante	27	-
Não circulante	115	27

Os tributos diferidos sobre o lucro são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido.

- (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

Jaçaná Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

9. Tributos diferidos – Continuação

b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	1.582	1.582
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	127	190
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Impostos de renda e contribuição social efetiva	(32)	(17)
Outros	(4)	(2)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(36)	(19)

	2022	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	444	444
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	35	53
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Impostos de renda e contribuição social efetiva	9	5
Outros	(3)	(1)
Impostos de renda e contribuição social diferido	6	4

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo					
Imposto de renda	-	(6)	(6)	(36)	(42)
Contribuição social	-	(4)	(4)	(19)	(23)
Não circulante	-	(10)	(10)	(55)	(65)

10. Partes relacionadas

A Companhia possui operações com partes relacionadas (pessoas jurídicas) em 31 de dezembro 2023 no valor de R\$325 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2022) a pagar para a empresa Sterlite Brasil Participações S.A., referente a compartilhamento de despesas de folha de pagamento.

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia foi constituída em 01 de fevereiro de 2022, com capital social autorizado de R\$ 100,00 (cem reais), divididas em 100 (cem) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em 22 de abril de 2022, conforme a 2ª Alteração Contratual, transformou a Sociedade em sociedade por ações.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 100,00 (reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 100,00 (reais).

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

A Companhia recebeu da sua única acionista Sterlite Brazil Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$3.668 (R\$ 2.150 em 31 de dezembro de 2022).

a) Reservas de lucros

	<u>31/12/2023</u>
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício	172
Compensação de prejuízos anteriores	(50)
Constituição da reserva legal (i)	(6)
Base de cálculo de dividendos	116
Dividendos mínimos obrigatórios	(1)
Reserva de retenção de lucros (ii)	(115)
Saldo de lucros acumulados	-

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação.

(ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.

b) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 1 (não foram distribuídos dividendos 31 de dezembro de 2022 uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício).

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura	1.510	414
Remuneração do ativo de concessão	132	47
Total da receita bruta	1.642	461
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	(9)	(3)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1)	-
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	(46)	(12)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(4)	(2)
	(60)	(17)
Encargos setoriais	-	-
Receita operacional líquida	1.582	444
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 12)	(1.094)	(407)
Margem de implementação da infraestrutura	361	(8)
Margem %	33,00%	2,03%

13. Custo de implementação de infraestrutura

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	-	(82)
Pessoal	-	(325)
Edificações	(1.094)	-
	(1.094)	(407)

14. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(212)	(43)
Seguros	(41)	(33)
Tributos	(4)	-
Outros	-	(1)
	(257)	(77)

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

15. Seguros

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2021-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$15.213, com vigência de 10 de março de 2022 até 29 de junho de 2025 junto à Austral.

	31/12/2023	
	Prêmio	Término da vigência
Performance Bond	102.519	29/06/2025

16. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

16.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos	1	37
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	1.072	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Jaçaná Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

16.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

16.3. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

Jaçaná Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Riscos de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros para financiamentos à Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionário.

17. Eventos subsequentes

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em dia 30 de janeiro de 2024, o capital social da Companhia foi aumentado, no montante de R\$ 1.732 mediante subscrição de 49 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pela nova acionista Sterlite Power Transmission LTD., Nesta mesma data, a acionista Sterlite Brazil Participações S.A. abriu mão do direito de preferência na presente subscrição.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, a acionista e controladora - Sterlite Brazil Participações S.A. aumentou o capital social da Companhia, no montante de R\$ 3.668, mediante a subscrição particular de 3.668.415 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista, por meio da conversão do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.